



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Do Sr. Acácio Favacho – MDB/AP)

Requer, nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvidos os demais membros deste colegiado, a criação da Subcomissão Especial nesta Comissão de Desenvolvimento Urbano com o objetivo de analisar e encontrar soluções para os entraves técnicos e tarifários ao fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.

Requeiro, nos termos do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvidos os demais membros deste colegiado, a criação da Subcomissão Especial nesta Comissão de Desenvolvimento Urbano com o objetivo de analisar e encontrar soluções para os entraves técnicos e tarifários ao fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.

Justificação

A empresa Equatorial Energia assumiu em junho de 2021 as atividades de distribuição do serviço de energia elétrica no estado do Amapá, após contrato de concessão por um período de 30 anos. Desde então, o Estado passou a ser agente regulador no processo de distribuição de energia e, junto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), devem acompanhar as tratativas referentes aos ajustes tarifários.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A nova diretoria da Equatorial apresentou as ações previstas para melhorar e otimizar o serviço no estado, que nos últimos anos sofre com constantes interrupções no fornecimento, alta da tarifa e em novembro de 2020 encarou 22 dias de crise energética com o apagão. Entre os investimentos, o grupo Equatorial anunciou investimentos de R\$ 1 bilhão nos próximos 5 anos, além de inclusão de 12 mil famílias na tarifa social para descontos na conta de luz.

Em dezembro de 2022, as tarifas de energia no Amapá aumentaram em média 36,08%, sendo o reajuste anual aprovado pela Aneel bem superior ao das demais concessionárias de distribuição do país. Uma ação civil pública pede que a Justiça Federal anule o reajuste. O pedido de anulação foi protocolado pelo Ministério Público Federal, com assinaturas das defensorias públicas da União (DPU) e do Estado do Amapá (DPE/AP). O documento também cita que o Conselho de Consumidores de Energia do Amapá não foi notificado sobre o reajuste.

É importante ressaltar que a empresa Equatorial já atua no setor de distribuição de energia no Brasil, em outras 6 concessionárias, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul e Goiás, onde as reclamações sobre a qualidade na prestação do serviço motivaram ações como a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Equatorial, da Assembleia Legislativa do Piauí (Alepi), requerimento de criação de CPI no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (Requerimento nº 1583/2023, do Deputado Estadual Roberto Góes), além da aprovação de Requerimento de Auditoria nas ações da ANEEL na regulação da CEEE Equatorial no Rio Grande do Sul (Req 277/2023 do Deputado Federal Daniel Trzeciak).

No intervalo de apenas 3 anos, a empresa vem recebendo constantes reclamações de consumidores do Amapá acerca da baixa qualidade dos serviços prestados, como: descontinuidade do fornecimento de energia elétrica, quedas abruptas que causam prejuízos materiais aos usuários, demora no diagnóstico dos problemas e na resolução das demandas, descaso com chamados urgentes, inoperância da central de atendimento, cobranças excessivas, reajustes abusivos dentre outros, ou seja, distante do que se pode considerar um serviço de qualidade e de eficiência.

Além disso, a ANEEL aprovou, em 12 de setembro de 2023, abertura de CP (Consulta Pública) para RTE (Revisão Tarifária Extraordinária) da Equatorial Amapá. A agência propôs um aumento tarifário médio de 44,41%. O efeito na alta tensão corresponde a 46,70%, em média, enquanto na baixa tensão, a 43,71%, em média. Após a conclusão da consulta pública os percentuais definitivos sairão. A Equatorial





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Energia assumiu o controle da antiga CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá) em processo de privatização em 2021, e o direito à revisão extraordinária em 2023, com avaliação completa da BRR (Base de Remuneração Regulatória), está previsto no contrato de concessão.

Diante do exposto, o requerimento proposto visa focar o trabalho da CDU, por meio da referida subcomissão, na busca de soluções para os recorrentes problemas e altos custos que acometem a distribuição de energia para a população amapaense. Espero contar com o apoio dos nobres pares desta comissão para que possamos obter os esclarecimentos necessários acerca desse importante tema para o desenvolvimento urbano do nosso país.

Sala das Sessões, _____ setembro de 2023


Deputado Acácio Favacho
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano
MDB/AP

